



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2023,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO E A EMPRESA
JAILSON BARBOSA ME.**

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, com sede na Avenida Professor Moraes Rego, nº 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato representada pelo Prof. Alfredo Macedo Gomes, Reitor, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 9 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p. 1 de 10 de Outubro de 2019, portador da matrícula funcional nº 1171268, doravante denominada CONCEDENTE, e a empresa JAILSON BARBOSA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.238.682/0001-29, sediada na Rua Projetada 01, nº 15, Maria Auxiliadora, Petrolina/PE, CEP: 56.330-470, doravante designada CONCESSIONÁRIA, neste ato representada por Jailson Barbosa, Titular Administrador, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.044868/2022-58 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 14/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação para concessão remunerada de uso de espaço físico pertencente à Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste, em caráter emergencial, visando à exploração de cantina (venda de lanches e refeições) por meio de concessão de espaço físico para atender a demanda de alunos, servidores e visitantes, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Concessão remunerada de uso de espaço físico para exploração de cantina	15210	Mês	12	3.000,10	36.001,20

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.3.3. A Proposta da Concessionária; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de um ano, contados da assinatura do contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da contraprestação mensal da contratação é de R\$ 3.000,10 (três mil reais e dez centavos), perfazendo o valor total de R\$ 36.001,20 (trinta e seis mil, um real e vinte centavos).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de Guia de Recolhimento da União – GRU, fornecida pela Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST.

5.2.2. A não retirada da GRU até a data estabelecida em contrato não pode ser usada como justificativa para o não pagamento de qualquer contraprestação.

5.2.3. Depois de realizado o pagamento, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer cópia do comprovante à CONCEDENTE sempre que solicitado.

5.2.4. Qualquer desconto que venha a ser concedido à CONCESSIONÁRIA será aplicado sobre a contraprestação com data de vencimento subsequente à data de comprovação do direito ao referido desconto.

5.2.5. Em caso de períodos de interrupção das atividades acadêmicas, poderá ser concedido aos concessionários um desconto de até 100% (cem por cento) no valor da taxa de uso, a fim de evitar possíveis inadimplências causadas pela redução da receita.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação.

5.3.2. A não observância do prazo para quitação do pagamento mensal, importa no acréscimo de multa de 10% (dez por cento) cumulada com juros de mora a 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da contraprestação mensal, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades.

5.3.3. O inadimplemento no recolhimento do encargo mensal por 03 (três) meses, consecutivos ou não, acarretará rescisão contratual imediata, além das ações judiciais cabíveis.

5.4. TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

5.4.1. As taxas referentes ao consumo de água e de energia elétrica serão de responsabilidade da Concessionária;

5.4.2. As cobranças mensais de ENERGIA ELÉTRICA e ÁGUA referentes à área física concedida serão obtidas através de medidor individual ambos já instalados na edificação objeto da concessão, com medição realizada mensalmente por servidor da UFPE podendo ser acompanhada por responsável da empresa, com o pagamento realizado através de GRU – Guia de Recolhimento da União, a ser emitida pela PROGEST – Pró-Reitoria de Gestão Administrativa/UFPE, mensalmente;

5.4.3. A referida taxa do serviço público, será reajustada de acordo com o percentual tarifário autorizado pela autoridade governamental;

5.4.4. A comprovação de pagamento da referida taxa de serviço público deve ser apresentada até o 5º dia útil do mês subsequente à Divisão de Fiscalização de Contratos do Campus do Agreste que encaminhará para a Coordenação Administrativa e Financeira da PROGEST/UFPE;

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/03/2023.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Concessionária, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Concedente, do índice IGP-M/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Concessionária pagará ao Concedente a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Concedente:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar a Concessionária, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Concessionária;

7.1.5. Aplicar à Concessionária sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.6. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Concessionária;

7.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.7.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de um mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Concessionária com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Concessionária, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. A Concessionária deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.2. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Concedente, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do concedente ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da concessionária; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Concedente;

8.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Concedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.10. Paralisar, por determinação do Concedente, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.13. Submeter previamente, por escrito, ao Concedente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Concedente;

9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela concessionária.
- 9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da concessionária eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.6 É dever da concessionária orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7 A concessionária deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8 O Concedente poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a concessionária atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9 A concessionária deverá prestar, no prazo fixado pelo Concedente, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a concessionária que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a concessionária der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Suspensão temporária** de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE por um prazo não superior a 2 (dois) anos;
- iii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iv) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- v) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% (um por cento) por mês de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
 - (2) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

(3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto; e

(4) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de retardamento da execução.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Concedente (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Concedente à concessionária, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à concessionária, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Concedente;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica da concessionária poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a concessionária, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Concedente deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela UFPE, à CONCESSIONÁRIA será aplicada a multa de 10% (dez por cento) e juros de mora a 1% (um por cento) ao mês, sobre o ônus mensal, caso a CONCESSIONÁRIA descumpra qualquer outra condição ajustada, e, em especial, quando:

11.11.1. Por qualquer modo impedir ou dificultar os trabalhos da Fiscalização;

11.11.2. Deixar de atender qualquer determinação da Fiscalização;

11.11.3. Rescindir injustificadamente o CONTRATO ou der causa a sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos;

11.11.4. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento será ajuizada a dívida, consoante ao § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, podendo inclusive serem adotadas as sanções previstas nos incisos I a IV do art. 156, da referida lei, que vai desde advertência até a declaração de inidoneidade e o impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

11.11.5. A não solução da irregularidade apontada, no prazo de trinta dias contados a partir da data da comunicação da irregularidade, acarretará a automática rescisão do CONTRATO nos termos do art. 147 da Lei 14.133/2021;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – BENFEITORIAS

13.1. Só poderão ser efetuadas benfeitorias e serviços no espaço físico com prévia e escrita autorização da Direção do Campus do Agreste, e após a avaliação da Gerência de Infraestrutura-CAA;

13.2. A execução das benfeitorias e instalações deverá ser supervisionada pela Gerência de Infraestrutura-CAA;

13.3. As benfeitorias e instalações realizadas no espaço físico objeto da concessão ficarão definitivamente incorporadas ao patrimônio da UFPE, conforme avaliação da Coordenação

e Cadastro de Bens e Imóveis – CCBI, da SINFRA, sem direito de apropriação, podendo ocorrer indenização a concessionária;

13.4. A conservação e manutenção do espaço físico ficarão por conta dos concessionários, devendo ser acompanhadas pelo fiscal do Contrato ou de acordo com o Termo de Concessão.

13.5. Os serviços para iniciar as operações que exigem da empresa selecionada assumir as adequações e reparos na estrutura física, portas, janelas, telhado, hidráulica, elétrica, esgoto, cobertura de alpendre e vidros para iniciar as operações, não se enquadram como benfeitorias.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONCEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONCEDENTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Recife, 22 de Junho de 2023.

ALFREDO
MACEDO
GOMES:419
72074415

Assinado de forma
digital por ALFREDO
MACEDO
GOMES:41972074415
Dados: 2023.06.22
15:42:05 -03'00'

Representante legal do
CONCEDENTE



Documento assinado digitalmente
JAILSON BARBOSA
Data: 22/06/2023 13:42:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representante legal da
CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Termo de Referência 19/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2023	153080-UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	THAYSA DANYELLA LIRA DA SILVA	02/05/2023 11:59 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;		23076.044868/2022-58

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação para Concessão remunerada de uso de espaço físico pertencente à Universidade Federal de Pernambuco - Campus do Agreste, em caráter emergencial, visando à exploração de cantina (venda de lanches e refeições) por meio de concessão de espaço físico para atender a demanda de alunos, servidores e visitantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com a lei 14.133/2021 art. 75, VIII.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Concessão remunerada de uso de espaço físico para exploração de cantina	15210	Mes	12	2.795,79	33.549,48

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme disposto no §1º do art. 2º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 200

1.3.. *O prazo de vigência da contratação é de um ano, contados da assinatura no contrato, improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se neste termo.

2.2. O objeto da contratação, uma vez que se trata de concessão de área com contraprestação não encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual. Haja vista que o cadastro é realizado apenas das atividades previstas no art. 6 do decreto 10947/2022.

2.3. Este processo de dispensa de licitação será baseado nos termos o art. 75, VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, Lei nº 12.305/2010, IN nº 01/2010 do MPOG, Resolução nº 05/2016 - Conselho de Administração da UFPE, Resolução 216/2004 da Anvisa, Notas Técnicas 47 e 49/2020 da Anvisa.

2.4. Justifica-se a concessão remunerada de uso de espaço físico para a exploração comercial de cantina, considerando a necessidade de oferta de espaço físico adequado à comercialização de alimentos para alunos, servidores e demais que transitam pelas dependências do Campus do Agreste, considerando que o Campus fica localizado em área rural a 10 km do centro da cidade.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A opção por processo de dispensa de licitação conforme art. 75, VIII, da lei 14.133/2021 deve-se ao fato do Campus do Agreste dispor apenas de um restaurante universitário que possui a finalidade de fornecer almoço e jantar ao público alvo da política estudantil, não sendo possível a comercialização de outro tipo de alimentação, como lanches, refrigerantes, cafés, ou mesmo refeições em horários além daqueles estabelecidos para almoço e jantar. O Campus tem aproximadamente 4.231 (quatro mil duzentos e trinta e um) discentes, mais docentes, técnicos administrativos e terceirizados, num total de mais de 4.500 ao (quatro mil e quinhentos) potenciais demandantes dos serviços pleiteados nessa contratação.

3.2. Assim, evidencia-se a necessidade de concessão remunerada de uso do espaço físico para a exploração comercial de cantina, considerando, também, a necessidade de oferta de espaço físico adequado à comercialização de alimentos para alunos, servidores e demais pessoas que transitam pelas dependências do Campus do Agreste, sobretudo que o Campus fica localizado em área rural (extensão de área urbana) a 10 km do centro da cidade/comércio que oferta o serviço de alimentação. Portanto, essas condições justificam a urgência na instalação de uma cantina dentro das dependências do Campus do Agreste.

3.3. Considerando que o Contrato 33/2017 entre a empresa Martins e Souto Alimentos LTDA e a UFPE, que garantia o funcionamento da Cantina no Bloco G até março de 2022 foi encerrado unilateralmente conforme processo 23076.100469/2021-06, em virtude da inadimplência da empresa com valores de aluguel e outras taxas.

3.4. Considerando também, o fato de a Universidade ter suspenso o retorno das atividades presenciais para o fim de junho de 2022 num processo de decisão que estava em discussão desde o início do segundo semestre de 2021, gerando insegurança e não permitindo o planejamento adequado para iniciar o processo de contratação de concessionário para operação da cantina até o momento.

3.5. Pontuamos também que no entorno do Campus não há estabelecimento comercial que atenda a necessidade de alimentação dos estudantes, servidores e terceirizados; e isso traz transtornos e incômodos para esse público no retorno das atividades presenciais.

3.6. Esclarecemos que não houve culpa ou dolo da gestão do Campus na rescisão unilateral do contrato 33/2017, tendo em vista que a inadimplência da empresa obrigou a UFPE a promover a rescisão por quebra contratual e zelo na moralidade da gestão pública.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação se baseia em critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As recomendações sobre a gestão ambiental também devem atender ao contido na Lei nº 12.305/2010 e na IN nº 01/2010 do MPOG.

4.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir o gerenciamento de resíduos sólidos no espaço concedido, seu adequado manejo nas atividades que compõem as rotinas dos espaços e a capacitação de pessoal envolvido.

4.1.3. A CONCESSIONÁRIA é a responsável pelo abastecimento dos coletores de resíduos recicláveis com sacos azuis, coleta diária e armazenamento nos abrigos temporários ou pontos de coleta, possibilitando a coleta externa.

4.1.4. Os resíduos de plástico, metal, vidro e óleo de fritura (acondicionados em garrafas plásticas) devem ser depositados em coletores específicos.

4.1.5. Todo manejo de resíduos sólidos, perigosos ou não, deve ser realizado com a utilização de equipamentos de proteção individuais ou coletivos (EPIs ou EPCS).

4.1.6. O acondicionamento dos resíduos sólidos será efetuado com coletores compatíveis com o tipo e a quantidade de resíduos gerados e serve para preparar os resíduos para a coleta de forma adequada, além de minimizar o impacto visual e olfativo, evitar acidentes e proliferação de vetores.

4.1.7. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelas ações de educação ambiental e sensibilização entre seus funcionários sobre o manejo dos resíduos gerados e conscientização sobre o uso racional de água e energia.

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de contratação emergencial com duração de um ano de contrato, bem como por ser concessão administrativa onerosa para uso de espaço físico destinado à instalação e exploração de área para fins comerciais, sem oferecimento de mão de obra.

4.4. Faculta-se ao licitante realizar vistoria nas instalações do local de execução do serviço para conhecimento das informações técnicas e condições locais da área objeto desta licitação. O Atestado de Visita conforme modelo Anexo III deste TR, será firmado por servidor da UFPE do setor de Infraestrutura do Campus do Agreste. O prazo para agendamento iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Em dia e horário confirmar pelo telefone (81) 2103-6193 ou através do e-mail reservas.caa@gmail.com, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h. Para a vistoria, se for o caso, o licitante ou seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para realização da vistoria

4.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7. A contratação será realizada por intermédio da concessão de uso de espaço físico para fornecimento de lanches, cafés e refeições diversas;

4.8. A preparação e responsabilidade acerca da qualidade das refeições/lanches servidos é de exclusiva responsabilidade da empresa concessionária, não cabendo a UFPE a solidariedade sobre eventuais problemas oriundos do consumo;

4.9. Caberá a UFPE a fiscalização da execução das atividades da empresa concessionária, conforme prevê o art. 104, III, da Lei nº 14.133/2021, de modo a evitar danos de ordem contratual e de consumo;

4.10. A empresa concessionária custeará o uso da estrutura física pagando aluguel mensalmente, e respectivos consumos de água e energia elétrica nos termos deste Termo de Referência.

4.11. A empresa se responsabilizará pela limpeza e manutenção da área locada, bem como pela guarda de equipamentos e objetos dentro da mesma área sob sua responsabilidade;

4.12. Caberá a empresa as adequações e reparos na estrutura física, portas, janelas, telhado, hidráulica, elétrica, esgoto, cobertura de alpendre e vidros para iniciar as operações.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratação de empresa, será por intermédio de contrato de concessão de uso remunerado do espaço físico, com vigência de 1 ano.

5.2. Para execução dos serviços, será necessário que a empresa concessionária respeite as normas contratuais e:

5.2.1. Funcione durante o período de atividades do Campus, inclusive nos recessos acadêmicos;

5.2.2. Mantenha as atividades nos horários de funcionamento do Campus das 7h30 às 21h30;

5.2.3. Oferte, no mínimo, o cardápio básico descrito no Anexo I deste documento, com qualidade e a higiene necessários.

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Cantina Universitária, o horário para funcionamento, de segunda a sexta-feira das 07h30 às 21h30, salvo autorização expressa em contrário dada pela Direção do Campus do Agreste, com ciência do Gestor do Contrato, visando atender conveniência de ordem administrativa;

5.3. Apresentar toda a documentação necessária para funcionamento (licenças, alvarás, etc.), emitida pelos órgãos públicos no momento da contratação;

5.4. Observar termos do Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, previsto na RESOLUÇÃO – RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, da ANVISA.

5.5. Dispor dos equipamentos mínimos necessários para o funcionamento do estabelecimento.

5.6. Manter a tabela de preços em local visível e que a mesma seja compatível com os preços de mercado da cidade de Caruaru;

5.7. Se houver interesse da Concessionária, poderão ocorrer vendas a crédito, sob seu controle, eximindo-se a Concedente de qualquer responsabilidade por inadimplência dos devedores; Após o início dos serviços, os mesmos não poderão ser paralisados, a não ser por ordem expressa do Gestor do Contrato, ou de quem receber sua delegação;

5.8. Oferecer aos usuários serviços de boa qualidade, com tratamento eficiente e cortês no atendimento, devendo ser condizente com a demanda;

5.9. Não incorrer em interrupção do funcionamento em períodos de recesso;

5.10. Fornecer lixeiras com tampa móvel e sacos de plásticos no interior, para toda área do estabelecimento e de acordo com as normas de coleta seletiva e de responsabilidade ambiental.

5.11. Manter em perfeito estado de conservação e limpeza o local, as instalações e equipamentos de propriedade da UFPE que estiverem sob sua guarda e responsabilidade, obrigando-se a devolvê-los, ao término do CONTRATO, nas mesmas condições de conservação em que os recebeu, inclusive pintura, no que couber;

5.12. Pagar pontualmente a contraprestação mensal, apresentando à Divisão de Fiscalização de Contratos do Campus do Agreste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o vencimento do encargo mensal, a guia comprobatória do recolhimento efetivado; da mesma forma e prazo estipulado acima, deverá apresentar as guias com as devidas quitações das despesas com energia elétrica e água;

5.13. Manter quantidade de pessoal capaz de atender aos serviços, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregados ou por qualquer outra razão, devendo a CONCESSIONÁRIA acatar parecer da equipe de fiscalização e inspeção da UFPE, quando esta constatar que o número de empregados é insuficiente para o bom andamento dos serviços;

- 5.14. Realizar treinamento de pessoal na busca de permanente qualidade na prestação dos serviços e relacionamento cordial com os clientes;
- 5.15. Desocupar a área física no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura da rescisão contratual pelo Reitor, deixando as instalações do ambiente nas mesmas condições em que o recebeu, sob pena de aplicação das penalidades administrativas, cíveis e criminais previstas no ordenamento jurídico brasileiro;
- 5.16. Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração praticada por seus empregados quando da execução dos serviços objeto do contrato;
- 5.17. Assumir todas as responsabilidades relativas a seus empregados, inclusive para atendimento em casos de emergência por acidentes ou qualquer mal súbito;
- 5.18. Manter disponível para equipe de fiscalização e inspeção da UFPE ou para fiscalização externa, toda documentação comprobatória da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, tributária e sanitária, inclusive licenças, autorização de funcionamento e alvará para o exercício de suas atividades comerciais resultantes da execução do contrato;
- 5.19. Não comercializar bebidas alcoólicas, cigarros, charutos ou qualquer produto proibido que não sejam compatíveis com o cardápio mínimo.
- 5.20. Facilitar à equipe de fiscalização e inspeção da UFPE o acesso à área física aos produtos comercializados, providenciando a correção das deficiências apontadas nos prazos estipulados;
- 5.21. É vedada a transferência, locação, sublocação, concessão, subdivisão ou empréstimo da área objeto desse contrato, no todo ou parcialmente, sem expressa autorização da Administração;
- 5.22. Manter durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;
- 5.23. Responder pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias relativas ao pessoal utilizado para a execução do objeto do CONTRATO, se for o caso, bem como responsabilizar-se sobre quaisquer encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO;
- 5.24. Não será permitida a colocação de propagandas comerciais nas paredes ou na área concedida;
- 5.25. É proibida a utilização do espaço para exposição de produtos comerciais, reuniões, atos públicos ou políticos, sem a prévia anuência da UFPE;
- 5.26. A UFPE não responderá, sob qualquer hipótese ou pretexto, por eventuais débitos de seus servidores com a CONCESSIONÁRIA;
- 5.27. Sujeitar-se-á a penalidades administrativas, cíveis e criminais a concessionária, seus empregados, prepostos, ou quem os representem, que infringam as normas sanitárias e ambientais vigentes, mormente pela degradação do ambiente, da flora e da fauna no Campus do Agreste;
- 5.28. A CONCESSIONÁRIA deve atender aos requisitos de sustentabilidade deste Termo de Referência;
- 5.29. Nenhum vínculo de natureza empregatícia se estabelecerá entre a Universidade Federal de Pernambuco e a CONCESSIONÁRIA, seus empregados, prepostos, concessionárias ou quem os representem;
- 5.30. As obrigações decorrentes da exploração do objeto do CONTRATO são de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo à UFPE responder por compromissos assumidos por aquela ou direitos havidos de terceiros;
- 5.31. A CONCESSIONÁRIA deverá primar pelo fornecimento de produtos com qualidade e dentro das normas vigentes de adequação sanitária, assim como deverá cumprir com os horários estabelecidos;
- 5.32. Arcar com as despesas de água, energia elétrica, manutenção, limpeza e segurança da área locada.
- 5.33. A empresa deve arcar com as despesas de adequações e reparos na estrutura física, portas, janelas, telhado, hidráulica, elétrica, esgoto, cobertura de alpendre e vidros para iniciar as operações.
- 5.34. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. A concessionária *deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.*

6.13.1. *A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.*

6.14. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.14.1. *A gestão do referido contrato ficará sob tutela do servidor Francisco Luiz de Sá Araújo, SIAPE 2070070 e CPF nº 056.973.844-08, telefone: (81) 2103-9188; e-mail: francisco.lsaraujo@ufpe.br. Em caso de substituição, assume o servidor Mariberto Alves Pereira Junior, SIAPE 2058504 e CPF nº 007.574.614-09, telefone (81) 2103-9163; e-mail: maribertoalves@gmail.com;*

6.14.2. *A fiscalização técnica do contrato será exercida pela servidora Kamilla Brianni de Araújo Gomes de Lima, SIAPE 2136794 e CPF nº 073.821.574-07, telefone: (81) 2103-9150; e-mail: kamilla.brianni@ufpe.br. Em caso de substituição, assume a servidora Jennyffer Mayara Lima da Silva, SIAPE 1377776 e CPF nº 080.184.444-47, telefone: (81) 2103-9150; e-mail: jennyffer.lima@ufpe.br;*

6.14.3. *Os servidores verificarão de modo sistemático o cumprimento das disposições do CONTRATO e das ordens emanadas da Administração, bem como o estado de conservação da edificação, informando a esta, em tempo hábil, as ocorrências e todas as providências tomadas;*

6.14.4. *Nos casos de expiração da vigência ou de rescisão contratual, a devolução da área entregue a CONCESSIONÁRIA, deverá ser formalizada mediante termo acompanhado de laudo de vistoria, no qual deverá ser informada a data da devolução.*

6.15. São obrigações da Concedente:

6.15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

6.15.2. Entregar no ato da contratação a área cedida, descrita nesse Termo, limpa e desimpedida;

6.15.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto ora contratado, por meio dos servidores aqui designados;

6.15.4. Proceder às vistorias da prestação dos serviços por meio da fiscalização deste contrato, anotando as ocorrências no Livro de Registro de Ocorrências, dando ciência ao preposto da CONCESSIONÁRIA e determinando sua imediata regularização, se for o caso;

6.15.5. Notificar a CONCESSIONÁRIA, por escrito, eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, solicitando a regularização/correção, fixando prazo para sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.15.6. Encaminhar, mensalmente, relatório com os dados levantados no processo de fiscalização com as medidas tomadas na solução dos problemas detectados e aquelas consideradas pendentes. Em caso de reincidência nas falhas observadas a Equipe de Gestão e Fiscalização encaminhará os apontamentos à autoridade máxima da Instituição, por meio da Diretoria de Licitações e Contratos – DLC da Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST da UFPE, para as providências cabíveis, inclusive com sugestão de cancelamento do contrato;

6.15.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONCESSIONÁRIA, tais como:

6.15.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Concessionária, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;

6.15.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONCESSIONÁRIA;

6.15.7.3. Considerar os trabalhadores da Concessionária como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação;

6.15.8. Não responder por danos a terceiros em decorrência de ato da CONCESSIONÁRIA, de seus empregados, preposto ou subordinados;

6.15.9. Informar à CONCESSIONÁRIA os valores mensais apurados nas medições do consumo de energia e água. As medições serão realizadas por servidor da UFPE, na presença do preposto da Concessionária, ou por alguém indicado pela concessionária, para emissão de GRU (Guia de Recolhimento da União) emitida pela PROGEST – Pró-Reitoria de Gestão Administrativa/UFPE, mensalmente;

6.15.10. Fornecer à CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;

6.15.11. Comunicar à CONCESSIONÁRIA qualquer alteração que ocorra no âmbito da UFPE, que possa interferir no desenvolvimento das atividades;

6.15.12. Providenciar a publicação resumida do contrato a ser firmado no Diário Oficial da União.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação do valor contraprestação utilizará *como instrumento o parecer técnico de avaliação imobiliária de uso restrito emitido pela Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis da UFPE, cuja contraprestação mensal não poderá ter valor inferior a R\$ 2.795,79 (Dois Mil e Setecentos e Noventa e Cinco reais e Setenta e Nove Centavos) já incluída a taxa de rateio das despesas comuns de manutenção vigilância e limpeza no valor de R\$ 895,81 (Oitocentos e Noventa e Cinco Reais e Oitenta e Hum Centavos).*

7.1.1. Será indicada a multa, conforme especificado no campo de Sanções Administrativas, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. O pagamento será efetuado no quinto dia útil, subsequente a prestação.

7.3. O pagamento será realizado por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, até o quinto dia útil após vencimento da competência do mês.

7.4. Por se tratar de contrato de contraprestação foram suprimidas do termo pontos pertinentes a recebimento dos serviços e liquidação.

7.5. A não retirada da GRU até a data estabelecida em contrato não pode ser usada como justificativa para o não pagamento de qualquer contraprestação.

7.6. Depois de realizado o pagamento, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer cópia do comprovante à CONCEDENTE sempre que solicitado.

7.7. Qualquer desconto que venha a ser concedido à CONCESSIONÁRIA será aplicado sobre a contraprestação com data de vencimento subsequente à data de comprovação do direito ao referido desconto.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR LANCE.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

Qualificação Técnica

8.30. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

8.30.2. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

8.30.3. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

8.30.4. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da concedente e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.795,79

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO

9.1. O valor a ser proposto para a contraprestação mensal deverá ser indicado em avaliação por intermédio de parecer técnico emitido pela Coordenação de Cadastro de Bens Imóveis – CCBI/SINFRA da UFPE, tendo por base a área de 297,85 m². Cuja contraprestação mensal não poderá ter valor inferior a R\$ 2.795,79 (Dois Mil e Setecentos e Noventa e Cinco reais e Setenta e Nove Centavos) já incluída a taxa de rateio das despesas comuns de manutenção vigilância e limpeza no valor de R\$ 895,81 (Oitocentos e Noventa e Cinco Reais e Oitenta e Hum Centavos).

9.2. A contraprestação mensal deverá ser recolhida até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, fornecida pela Pró-Reitoria de Gestão Administrativa – PROGEST;

9.3. O presente contrato terá a vigência de 1 ano, a contar da assinatura pelas partes, conforme a Lei nº 14.133/2021.

9.4. As taxas referentes ao consumo de água e de energia elétrica serão de responsabilidade da Concessionária;

9.5. As cobranças mensais de ENERGIA ELÉTRICA e ÁGUA referentes à área física concedida serão obtidas através de medidor individual ambos já instalados na edificação objeto da concessão, com medição realizada mensalmente por servidor da UFPE podendo ser acompanhada por responsável da empresa, com o pagamento realizado através de GRU – Guia de Recolhimento da União, a ser emitida pela PROGEST – Pró-Reitoria de Gestão Administrativa/UFPE, mensalmente;

9.6. A referida taxa do serviço público, será reajustada de acordo com o percentual tarifário autorizado pela autoridade governamental;

9.7. A comprovação de pagamento da referida taxa de serviço público deve ser apresentada até o 5º dia útil do mês subsequente à Divisão de Fiscalização de Contratos do Campus do Agreste que encaminhará para a Coordenação Administrativa e Financeira da PROGEST/UFPE;

9.8. A UFPE se isenta da cobrança em forma de rateio das taxas de limpeza e vigilância da empresa a ser concessionária, ficando sob a responsabilidade da Concessionária a limpeza, a manutenção da área locada e a guarda de equipamentos, inclusive objetos, dentro da mesma área sob sua responsabilidade, não sendo permitido responsabilizar, ou pedir indenização, a UFPE por danos ou prejuízos oriundos da atividade da empresa concessionária no espaço da área locada.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Por se tratar de contrato de contraprestação não haverá despesas decorrentes da contratação.

11. BENFEITORIAS

11. BENFEITORIAS

11.1. Só poderão ser efetuadas benfeitorias e serviços no espaço físico com prévia e escrita autorização da Direção do Campus do Agreste, e após a avaliação da Gerência de Infraestrutura-CAA;

11.2. A execução das benfeitorias e instalações deverá ser supervisionada pela Gerência de Infraestrutura-CAA;

11.3. As benfeitorias e instalações realizadas no espaço físico objeto da concessão ficarão definitivamente incorporadas ao patrimônio da UFPE, conforme avaliação da Coordenação e Cadastro de Bens e Imóveis – CCBI, da SINFRA, sem direito de apropriação, podendo ocorrer indenização a concessionária;

11.4. A conservação e manutenção do espaço físico ficarão por conta dos concessionários, devendo ser acompanhadas pelo fiscal do Contrato ou de acordo com o Termo de Concessão.

11.5. Os serviços descritos no item 4.12 que exigem da empresa selecionada assumir as adequações e reparos na estrutura física, portas, janelas, telhado, hidráulica, elétrica, esgoto, cobertura de alpendre e vidros para iniciar as operações, não se enquadram como benfeitorias.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial do CONTRATO e descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, a UFPE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONCESSIONÁRIA as seguintes penalidades, após regular processo administrativo:

12.1.1. Advertência por escrito, quando a CONCESSIONÁRIA infringir as obrigações ajustadas no CONTRATO e tratar-se de primeira falta e não sanar as irregularidades apontadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

12.1.2. Suspensão temporária de participar de processos licitatórios e impedimento de contratar com a UFPE por um prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade;

12.2. As penalidades previstas poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item 16.1.2, facultada a defesa prévia da CONCESSIONÁRIA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação;

12.3. Se na ocasião do reajuste o índice não tiver sido divulgado, será aplicado o último índice disponível, procedendo-se ao correspondente acerto, quando de sua divulgação oficial, imediatamente cobrada a diferença pela UFPE, ficando expresso que a concessionária reconhecerá como dívida líquida, certa e exigível.

12.4. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela UFPE, à CONCESSIONÁRIA será aplicada a multa de 10% (dez por cento) e juros de mora a 1% (um por cento) ao mês, sobre o ônus mensal, caso a CONCESSIONÁRIA descumpra qualquer outra condição ajustada, e, em especial, quando:

12.4.1. Por qualquer modo impedir ou dificultar os trabalhos da Fiscalização;

12.4.2. Deixar de atender qualquer determinação da Fiscalização;

12.4.3. Rescindir injustificadamente o CONTRATO ou der causa a sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos;

12.4.4. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento será ajuizada a dívida, consoante ao § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, podendo inclusive serem adotadas as sanções previstas nos incisos I a IV do art. 156, da referida lei, que vai desde advertência até a declaração de inidoneidade e o impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

12.4.5. A não solução da irregularidade apontada, no prazo de trinta dias contados a partir da data da comunicação da irregularidade, acarretará a automática rescisão do CONTRATO nos termos do art. 147 da Lei 14.133/2021;

12.5. Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados e aceitos pela UFPE, no caso de inexecução total ou inexecução parcial ou retardamento da execução do objeto, garantida ampla defesa e contraditório, a CONCESSIONÁRIA estará sujeita à aplicação das seguintes multas sobre o valor global do contrato:

Inexecução Total 30% (trinta por cento)

Inexecução Parcial 10% (dez por cento)

Retardamento da execução 5% (cinco por cento)

12.6. Entende-se como inexecução total do objeto, quando a CONCESSIONÁRIA deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 15 (quinze) dias contados da data estipulada para início da execução contratual;

12.7. Configurar-se-á inexecução parcial quando a CONCESSIONÁRIA:

12.7.1. Deixar de realizar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados;

12.7.2. Suspender injustificadamente o CONTRATO ou der causa a sua rescisão, sem prejuízo de indenizar a UFPE em perdas e danos.

12.8. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONCESSIONÁRIA:

12.8.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 5 (cinco) dias contados da data convencionada em contrato;

12.9. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da citação para o pagamento será ajuizada a dívida, conforme o § 8º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

12.10. Além das penalidades citadas, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no título XII da Lei nº 14.133/2021, em especial o disposto nos incisos I a IV do art. 156, já mencionado;

12.11. Os atos administrativos de aplicação das sanções, inclusive rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo

MANOEL GUEDES ALCOFORADO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/05/2023 às 11:59:30.

Despacho: Responsável pela elaboração do termo.

EMILIA JULIANA CESAR HERCULINO

Gerente de Compras CAA



Assinou eletronicamente em 28/04/2023 às 10:53:08.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - anexos.pdf (284.73 KB)

Anexo I - anexos.pdf

ANEXOS DO TERMO

ANEXO I - CARDÁPIO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO III - ATESTADO DE VISITA

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

ANEXO I

CARDÁPIO MÍNIMO

CAFÉ DA MANHÃ

O balcão de refeições deverá oferecer os seguintes itens:

- Queijos, presuntos ou demais embutidos, ovos mexidos, preparação com carne. O número de opções oferecidas deste item poderá ser definido a critério da empresa, conforme a aceitação da clientela;
- Café, leite, café com leite, sucos de frutas diversas;
- Também poderão ser disponibilizados sanduíches diversos e outras preparações a critério da concessionária.

ALMOÇO

1. SALADAS

Deverão ser ofertados 4 tipos de saladas, sendo 2 opções de salada crua e 2 opções de salada cozida, conforme descrito a seguir:

- Salada com hortaliças: pelo menos 2 tipos de folhas e 2 das demais hortaliças cruas;
- Salada crua com hortaliças diversas e frutas in natura (3 hortaliças diferentes mais 1 fruta);
- Duas opções de saladas cozidas, cada um com pelo menos 2 tipos de hortaliças;
- Disponibilizar sal, azeite e vinagre para temperos das saladas e molhos diversos, a critério.

2. PRATO PRINCIPAL

Cada dia da semana deverão ser disponibilizadas para os comensais 3 opções de prato principal, dentre elas:

- 1 opção de carne bovina ou suína, as quais poderão ser substituídas por carne de carneiro ou bode;
- 1 opção de frango;
- 1 opção de peixe ou fruto do mar.

Os pratos principais deverão ser apresentados em diferentes tipos de preparação, sendo uma delas grelhadas ou chapeadas; uma ao molho e uma assada ou frita. Não deverá haver mais de uma opção de prato principal sob a mesma forma de preparo.

Além das preparações descritas, em cada dia da semana deverá ser oferecida uma opção dos seguintes ou qualquer outra preparação regional ou não, que contenha uma fonte de proteína (carnes ou proteínas texturizadas de soja) e uma fonte de carboidrato (leguminosa, tubérculos e massas em geral, por exemplo).

- Feijoada, cozido, dobradinha, empadão, lasanha.

3. GUARNIÇÕES

Deverão ser oferecidas pelo menos 2 opções de guarnições, harmonicamente apresentadas conforme opções de prato principal, a exemplo das descritas abaixo:

- Batata inglesa ou macaxeira fritas;
- Purê: de batata, macaxeira, inhame, jerimum ou batata doce;
- Batata sauté;
- Pirão de carne ou peixe;
- farofas diversas.

4. ACOMPANHAMENTOS

A empresa concessionária deverá disponibilizar aos comensais, no mínimo, os seguintes acompanhamentos:

- 1 opção de arroz integral;
- 1 opção de arroz não integral (parboilizado, arbóreo ou afins);
- 1 opção de feijão-mulatinho ou preto;
- 1 opção de feijão-verde ou macassar;
- macarrão ao suco ou ao alho e óleo.

5. JANTAR

O balcão de refeições deverá oferecer os seguintes itens:

- 1 opção de sopa, no mínimo;
- 2 opções de tubérculo ou uma opção de tubérculo mais cuscuz de milho;
- Queijos, presuntos ou demais embutidos; ovos mexidos, preparação com carnes. O número de opções oferecidas deste item poderá ser definido a critério da empresa, conforme a aceitação da clientela;
- Café, leite, café com leite e sucos de frutas diversas;

Também poderão ser disponibilizados sanduíches diversos e outras opções, a critério da concessionária.

6. DIVERSOS

Além dos itens acima a concessionária poderá servir:

- Água de coco;
- Água mineral em copo ou garrafa;
- Sucos diversos;
- Leite;
- Cafés (capuccino, expresso, café com leite, etc.)
- Chás diversos;
- Balas, biscoitos, chicletes, chocolates, pipocas e congêneres;
- Salgados diversos (empadas, coxinhas, empanados, folheados, pastéis, etc.);
- Salgadinhos e batata frita, desde que não preparadas na área locada;
- Refrigerantes diversos;
- Saladas de frutas;

- Pizzas diversas;
- Sanduíches, pudins, tortas e bolos diversos;
- Petiscos diversos; e
- Sendo livre a oferta de refeições regionais (cuscuz, macaxeira, inhame, batata doce, e outros preparos que julgar haver demanda para o consumo);
- Outros lanches, refeições e opções de bebidas podem ser oferecidos pela concessionária.

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

Concessão remunerada de uso de área física, medindo 297,85 m² de área útil, localizada no Bloco G do Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), situado no endereço: Rodovia BR 104, Km 59, S/N, Nova Caruaru, Caruaru – PE, CEP: 55.014-900, destinada à exploração de serviços de CANTINA/LANCHONETE.

a) Propomos recolher a contraprestação mensal de R\$(). Correspondente ao somatório do valor ofertado de R\$() pelo uso da área física e de R\$ 895,81 (Oitocentos e Noventa e cinco Reais e Noventa e Hum Centavos) pela taxa de rateio das despesas comuns (limpeza, manutenção predial e vigilância), valor estabelecido pela UFPE.

b) Validade da proposta: dias corridos, a partir da data de entrega da proposta

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO: (facultativo)

Nome:

Função:

Endereço:

CPF:

RG / Órgão Expedidor:

(Local), de de 20.....

ASSINATURA:

NOME:

FUNÇÃO:

Nº DA IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO III
ATESTADO DE VISITA

Atesto, para os devidos fins, que o Sr. , representante da pessoa jurídica, compareceu nesta data, tendo tomado conhecimento de todas as informações e condições locais da área física medindo 297,85 m² de área útil, localizada no bloco G do Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), situado no endereço: Rodovia BR 104, Km 59, S/N, Nova Caruaru, Caruaru – PE, CEP: 55.014-900.

Caruaru, de.....de 2023.

Servidor acompanhante da visita - Nome e SIAPE

De acordo:

Representante da licitante (assinatura/nome/função e RG)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para os devidos fins, que optamos por não realizar a vistoria das edificações da cantina localizada no bloco G do Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), situado no endereço: Rodovia BR 104, Km 59, S/N, Nova Caruaru, Caruaru – PE, CEP: 55.014-900.

Caruaru, de.....de 2023.

De acordo:

Representante da licitante (assinatura/nome/função e RG)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

Declaro, para os devidos fins, que a
empresa
....., CNPJ nº, na presente data, não tem débitos
relativos à concessão de uso de área física para com a Universidade Federal de Pernambuco.

Caruaru, de.....de 2023.

(assinatura e Siape do servidor lotado na Infraestrutura Campus do Agreste)



PROPOSTA DE PREÇO

Nome do Proponente: JAILSON BARBOSA – SERVICE VIP

CNPJ/MF: 10.238.682/0001-29

Endereço: Rua Projetada 01, 15, Maria Auxiliadora, Petrolina-PE

Representante legal: Jailson Barbosa, Sócio Administrador, Brasileiro. CPF: 984.823.004-15.

Concessão remunerada de uso de área física, medindo 297,85 m2 de área útil, localizada no Bloco G do Campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), situado no endereço: Rodovia BR 104, Km 59, S/N, Nova Caruaru, Caruaru – PE, CEP: 55.014-900, destinada à exploração de serviços de CANTINA/LANCHONETE.

Propomos recolher a contraprestação mensal de R\$ 3.000,10 (três mil reais e dez centavos). Correspondente ao somatório do valor ofertado de R\$ 2.104,29 (dois mil centos e quatro reais e vinte e nove centavos) pelo uso da área física e de R\$ 895,81 (Oitocentos e Noventa e cinco Reais e Noventa e Hum Centavos) pela taxa de rateio das despesas comuns (limpeza, manutenção predial e vigilância), valor estabelecido pela UFPE.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta dias).

Petrolina, 17 de março de 2023.



Documento assinado digitalmente

JAILSON BARBOSA

Data: 17/03/2023 14:28:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JAILSON BARBOSA

CNPJ: 10.238.682/0001-29

Jailson Barbosa M.E. | CNPJ 10.238.682/0001-29

Rua Projetada 1, n 15, Maria Auxiliadora

Petrolina-PE, 56330-390

(87) 3202-9189 | (87) 98842-4244

jailsonneventos@hotmail.com



Emitido em 27/06/2023

CONTRATO Nº 859/2023 - CGC PROGEST (12.69.11)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/06/2023 09:11)

CARLA NERES DE SOUZA

COORDENADOR - SUBSTITUTO

CGC PROGEST (12.69.11)

Matrícula: 1864848

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:
859, ano: **2023**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **27/06/2023** e o código de verificação: **2ea66fd574**